

Entrevista a Rogério Roque Amaro

“Toda a economia deveria ser solidária”

Professor Associado do Departamento de Economia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), coordenador do novo curso de Pós-graduação e Mestrado em Economia Social e Solidária, daquele departamento, Rogério Roque Amaro tem sido consultor e formador de vários projectos de Desenvolvimento Local e de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal e nos PALOP. Em entrevista ao “Pessoas e Lugares”, Rogério Roque Amaro exprime a sua opinião sobre a economia solidária e reflecte as conclusões a que chegou a partir das experiências e das actividades concretas dos Açores, no âmbito do projecto CORES (programa INTERREG III B), do qual é consultor.

Como e quando emerge o conceito de economia solidária?

O conceito de economia solidária começou a ser utilizado recentemente, no quadro europeu francófono, para designar as novas formas de economia social que estão relacionadas com o desafio da solidariedade decorrente do agravamento da pobreza e da exclusão social, sobretudo nas últimas três décadas do século XX. Um desafio identificado em contextos, como o da União Europeia (UE), onde a globalização fez surgir novas formas de exclusão social, para as quais foi necessário desenvolver novas estratégias. A expressão corresponde à constatação de que é preciso renovar as experiências e os caminhos da velha economia social, que já se destinava, em grande parte, a responder a problemas sociais.

Nos anos 80, alguns dos velhos teóricos das academias das universidades, que sempre se debruçaram sobre estes temas, passaram, eles próprios, a escrever sobre economia solidária, como sendo uma renovação das práticas da economia social, e um conceito mais adequado a essas práticas e aos novos desafios recorrentes da emergência da solidariedade com os mais desfavorecidos.

Mas expressões como economia social e terceiro sector continuaram a utilizar-se como equivalentes.

Nos períodos em que há novas realidades surgem uma série de designações para definir a mesma coisa. Na economia social, dos anos 80 para cá, os problemas aos quais se teve de responder, o aumento significativo de iniciativas (até por falta de respostas do Estado), e a criatividade das organizações e da sociedade civil, fizeram com que o número de fórmulas de economia social aumentasse.

A expressão economia social continua a utilizar-se - há quem acrescente “nova” para sublinhar que se trata de uma fase nova da economia social -, assim como terceiro sector. Surgiram ainda outras expressões, como empresas sociais, mas a expressão pela qual se têm debatido muitos dos teóricos francófonos tem a ver com a ideia de que há uma nova corrente de solidariedade, que tem correspondência à do século XIX, embora noutras circunstâncias, e que tem a ver com a luta contra a pobreza e a exclusão social. Já os ingleses preferem a expressão non profit sector (sector não lucrativo) ou sector voluntário, porque há voluntariado, mas a verdade é que nem tudo é voluntariado. Outro dos “ninhos” da expressão economia solidária é a América Latina, onde assume não só os contornos da luta formal contra a pobreza e a exclusão social e o desemprego, mas também as formas comunitárias e de entre-ajuda. É esta ideia de solidariedade comunitária que está a ser recuperada no Brasil, onde se fala de economia popular solidária. Em África já se utiliza mais a expressão economia comunitária... Não existe uma expressão mais correcta que outra.

A economia solidária é um sub-sector da economia social, baseado no princípio da solidariedade.

É. A economia social nasce no século XIX na ressaca das injustiças sociais da revolução industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entre-ajuda e da cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades, as associações.

Aos poucos, essa nova forma de economia acabou por se alargar, visando ajudar não apenas os próprios mas outrém, o chamado interesse geral. Como se foi afirmando e desenhando como uma economia própria ao longo do século XIX, começou a surgir a ideia de que era o terceiro sector, que nem é público nem privado. O reacendimento do conceito de economia social dá-se no princípio dos anos 80, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais. Com o Estado em crise financeira, as pessoas partem à procura de respostas para fazer face a estes problemas. Surgem uma série de novas iniciativas que vão procurar responder ao problema da imigração, do desemprego, recuperando, nalguns casos, a lógica da economia social, noutros, adicionando coisas novas.

A nova economia social é mais económica. Embora não fazendo disso o seu objectivo principal, aceita que em determinadas circunstâncias possa ter lucro como meio para manter os seus objectivos. E deste ponto de vista, não pode ser só social, tem de ter em conta o mercado, os critérios de gestão; tem de ser mais eficiente, sem perder o social; passou a ter outras preocupações, com o património, o ambiente, a preservação do espaço rural, as novas formas de turismo, os serviços de proximidade...

Em Portugal, o uso da expressão economia solidária dá-se na mesma altura?

Não teve grande acolhimento nessa altura; nem académico nem prático, continuando a ser utilizada a expressão economia social ou, como equivalente, terceiro sector. À excepção dos Açores, onde a expressão surge com um sentido próprio e até diferente do usado na UE, nalguns dos seus aspectos. Embora a expressão economia solidária tenha hoje uma aceitação europeia, como renovação da história das práticas e do pensamento da economia social, em Portugal cai numa lógica muito própria. Não porque a realidade do nosso país seja muito diferente, mas porque o conceito é mais recente e tem um apoio completamente desintegrado nas práticas e na reflexão teórica. Além das universidades portuguesas da área das ciências sociais terem perdido grande parte da influência das universidades francófonas, encontrando-se mais americanizadas, a expressão economia solidária merece algumas reservas por parte dos cientistas porque é mais ética e moral que científica. Isto porque em Portugal existe muito a noção de que o que é científico deve ser objectivo, neutro, imparcial e não envolver questões morais e éticas. Por isso, a expressão tem sido rejeitada nalguns meios.

A economia social reflecte um efeito positivo sobre o território?

A componente território entrou fortemente na nova economia social, sendo um dos seus elementos fundamentais. Embora existam formas da nova economia social que não se referem ao território, há uma corrente importante da nova economia social que surge ligada ao Desenvolvimento Local (DL), onde a criação de emprego surge como uma componente importante, assim como a defesa da cultura e do património. A este nível, Portugal seguiu muito o quadro europeu, embora a nossa situação seja muito específica por causa do peso que o DL tem, comparativamente a outros países. Portugal é um dos países da UE onde o DL é mais autêntico. Situação semelhante, talvez só na Irlanda ou na Dinamarca. A nova economia social em Portugal está muito associada a duas coisas: ao movimento do DL, ligado quer o programa LEADER, quer à ANIMAR [Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local], e ao crescente número de projectos e iniciativas dos anos 80 para cá, na sua maioria financiados pela UE.

A economia social e solidária apresentam-se como aliadas naturais do Estado, social e democrático. Na sua opinião, qual tem sido a reacção do Estado português?

Penso que se tem verificado uma evolução irregular. Há momentos em que o Estado tem desenvolvido alguns apoios, como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, mas falta uma política continuada que permita definir o futuro.

Geralmente o que acontece é que não há horizontes de sustentabilidade para as iniciativas, o que as torna muito problemáticas. Penso que isso tem a ver com três factores. Primeiro, ainda não está muito claro o quer dizer nova economia social, vive-se um momento de transição e isso não ajuda muito. Em segundo lugar, os governos têm oscilado, registado-se alguma inconstância nesta matéria, em termos teóricos e práticos. E, por último, a economia social ainda não é um lobby. O que é interessante é que há muita criatividade, existindo inúmeras iniciativas cujo papel tem sido muito importante na abertura de horizontes da economia social no nosso país.

Isto leva-nos aos Açores, onde emergiu um conceito de economia solidária.

No meio destes novos caminhos que vão surgindo, a experiência dos Açores é muito própria. O caso nasce no final dos anos 80, num bairro periférico da cidade de Ponta Delgada, em São Miguel, habitado por gente oriunda de localidades muito pobres dos Açores, como Rabo de Peixe, e onde existem sérios problemas de pobreza e de exclusão social. Obrigado a enfrentar estes problemas, o pároco local procura encontrar respostas convencionais, como, por exemplo, aumentar a capacidade das creches. Mas, apercebendo-se que este tipo de resposta (tipo assistencialista) não serve, vê-se obrigado a seguir uma nova lógica: passar das necessidades para as capacidades. Isto é: formar competências.

Na altura, porque haviam programas de inserção disponíveis (no quadro comunitário), iniciou-se um processo de formação profissional, mas quando esta chega ao fim verifica-se que as pessoas voltam à situação anterior, porque embora tenham aumentado as suas competências, o mercado continua a não as reconhecer.

É então que se decide criar actividades económicas com o objectivo de ajudar e inserir essas pessoas, sob o princípio da solidariedade. A expressão economia solidária surge nessa altura, essencialmente por uma razão: é que esta ideia do centro paroquial [Centro Paroquial de São Pedro] ter uma actividade económica não foi muito bem aceite pela Igreja; por isso, surge o adjectivo solidário - bem aceite - e que é mais forte que social porque encerra a questão da solidariedade. O passo seguinte foi o da criação de uma cooperativa – a KAYROS –, para albergar o conjunto das actividades criadas.

Em 1999, as principais iniciativas resolvem juntar-se e criar a Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária. Uma cooperativa de cooperativas e associações de economia solidária que procura definir um circuito de promoção e comercialização para os produtos de economia solidária. Actualmente, a Cresaçor tem cerca de 20 associados, num total de 40 empresas que criaram mais ou menos 200 postos de trabalho.

O projecto CORES surge em que momento?

Começando a ser encarada como uma forma de economia rentável e de qualidade, surgiu a certa altura a ideia de fazer um projecto de economia solidária com as Canárias, uma vez já existirem contactos entre os dois governos. É assim que surge o projecto CORES, no âmbito do programa INTERREG III B, ao qual se associou a Madeira, e que teve como principal objectivo dinamizar a economia solidária nestas três regiões. O outro objectivo foi definir o conceito e divulgá-lo; foi uma necessidade com a qual fomos confrontados. Aos poucos fomos-nos apercebendo que as iniciativas tinham avançado em duas direcções principais: a cultural (recuperação de bens culturais), e a ambiental (salvaguarda do meio ambiente). Havia uma componente de solidariedade, sem dúvida. Ou seja, estamos perante uma forma de economia que consegue ser económica sem, ao mesmo tempo, pôr em causa a relação com os outros seres vivos e formas de cultura.

Em concreto, como é que o conceito de economia solidária se apresenta?

Na sua maior amplitude, o conceito abrange cinco componentes fundamentais. A economia solidária é, antes de mais, uma actividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades. É promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural. Ou seja, como

economia não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural; pelo contrário, procura valorizar as culturas locais. Respeita e valoriza a diversidade ambiental; como economia não contribui para a destruição da natureza e do ambiente, mas encontrar formas económicas de reabilitar e valorizar o ambiente. E ainda: é baseada numa gestão eficiente, ou seja procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência; deve ser ancorada territorialmente, ou seja deve ter uma base comunitária, e ser promotora do DL. Por último, deve corresponder a um processo de aprendizagem que lhe permita constantemente rever-se e avaliar-se.

Ainda que apresentada num contexto específico, pensa que esta definição poderá vir a ter uma aplicação mais abrangente, a nível nacional?

Se, por um lado, estamos a dar conta da realidade que encontramos nos Açores e parcialmente nas Canárias, por outro, está aqui a ser definido um projecto muito ambicioso, no sentido em que toda a economia deveria ser solidária. O facto de se ter definido assim o conceito teve uma implicação prática muito grande, pois a partir daqui é possível determinar critérios práticos para aferir o que é economia solidária e o que não é. Para se poder certificar os produtos de economia solidária, com a marca CORES. Um processo que foi bastante discutido no grupo e teve bastante impacto, tendo surgido daqui dois novos projectos no âmbito do INTERREG. O CEESA - Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, que envolve as três regiões da primeira fase do CORES, Cabo Verde e o Brasil como observador. O objectivo é ter um centro de investigação e produção teórica que permita, simultaneamente, devolver à prática esses conhecimentos e ainda dar formação. E o GESFONDO – Agência Transregional Gestora do Fundo Solidário, um projecto de criação de mecanismos de financiamento que correspondam às características e sejam geridos pelas regras da economia solidária.

Na definição que apresenta, pelos efeitos positivos que reflecte, acha que a economia solidária poderá tornar-se num novo modelo de organização social ou, até mesmo, um novo sector?

Não diria isso, mas pode vir a ser um subsector-piloto e inovador dentro do terceiro sector. Já existem alguns indícios interessantes. Uma parte importante da economia solidária passa muito pela ideia de que nós seres humanos não produzimos apenas para seres humanos, mas que humanos, animais e plantas e animais, todos em conjunto, produzem para todos os seres vivos. É nesta direcção que pretendemos seguir... Não lhe chamaria um quarto sector mas a economia solidária pode, a meu ver, tornar-se um exemplo para os outros sectores. É uma caminhada que vai do social para o económico.

Entrevista de **Paula Matos dos Santos**

Publicada originalmente em *Pessoas e Lugares*, Julho/Agosto de 2005

<http://www.idrha.pt/pl/jornalpl31.pdf>